

**Estado de exceção como regra: Práticas nazistas nos trotes universitários**

**State of exception as a rule: Nazi practices on college hazing**

DOI:10.34119/bjhrv3n5-172

Recebimento dos originais: 08/08/2020

Aceitação para publicação: 29/09/2020

**Carlos Frederico Almeida Rodrigues**

Médico, Mestre em Filosofia Política e Ética – PUCRS. Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Endereço; Av. Brasil 450/1301 – Centro. Pato Branco – PR. Brasil. 85501-071.

E-mail: Rodriguescfa@hotmail.com

**Andressa Dahmer Colbalchini**

Acadêmica de Psicologia Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

**Caroline Solana de Oliveira**

Acadêmica de Medicina Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

**Isadora Cavenago Fillus**

Acadêmica de Medicina da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

**RESUMO**

Medidas excepcionais estão se tornando normais. Em nossa realidade próxima deparamo-nos com inúmeras situações que ilustram o estado de exceção, dentre elas, os trotes universitários. Situações de violência na recepção de calouros são justificadas com frases como: "é só uma brincadeira", "não faz mal nenhum", "também passamos por isso". Esse olhar de excepcionalidade justifica o injustificável e faz várias vítimas, desde quem sofre o trote, mas também quem o pratica, pois o fazem sem dimensionar a crueldade cíclica que aceitam e reafirmam a cada ano nas universidades. O *hostis generis humanis*, que comete seus atos sem perceber que faz algo de errado. E é na busca de sair desses atos impensados que propomos algumas reflexões e concluímos que, da mesma forma que o Mal era inerente ao estado nazista, e não havia leis que o identificassem como errado, assim o é quando se trata da tradição do trote universitário.

**Palavras-chave:** Faculdade de medicina, Ética, Moral, Desumanização, Individualidade.

**ABSTRACT**

Exceptional measures are becoming normal. With this thought Agamben brings us his affliction for the population control of government measures. But we go beyond, to lower our view of our next reality we may have different situations that illustrate the state of exception, among them, university hazing. Situations of violence in the reception of freshmen for their veterans, whether physical or not, are commonly justified with phrases like "just a joke", "does not hurt," "also went through it." And that look of sweet violence of exceptionality justifying the unjustifiable and several casualties, they are the people who suffer the trot, but also the practice, which often do so without scaling the cyclical cruelty that accept and reaffirm every year in the universities.

**Keywords:** Medical School, Ethics, Moral, Dehumanization, Individuality.

## 1 INTRODUÇÃO

*Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei, (...) ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante*<sup>1</sup>.

Inúmeras vezes, mas particularmente em uma entrevista à revista Carta Capital (março de 2004), o filósofo italiano Giorgio Agamben explica por qual motivo declinou do convite para lecionar na Universidade de Nova Iorque. Agamben diz que não quis se submeter ao fichamento imposto pelos EUA, pois estava *preocupado com a escalada das práticas de controle; com o fato de medidas excepcionais estarem se tornando normais* (Agamben 2004). Ao que acrescentou que *provavelmente está se aproximando o momento em que todos os cidadãos serão 'normalmente' controlados pelo estado do modo que antes se usava somente para criminosos nas prisões* (Agamben 2015).

Partimos da inquietação de Agamben, mas nossa preocupação vai além: aponta para quando essas práticas se incorporam em eventos cotidianos, como trotes universitários, sem que ocorra sequer uma reflexão sobre as mesmas.

O desafio em definir o controle totalitário e o quanto de imposição e domesticação dos corpos há em atitudes só aparentemente banais, decorre do fato de que ele “começa como um movimento carismático” unido por “uma experiência de fé” em oposição direta à racionalidade e às restrições padrões da precisão ideológica (Gentile 1990).

Indiretamente, Agamben denuncia a semelhança de determinadas práticas autoritárias, tais como: impedir que se chame um calouro pelo nome, fazê-los utilizar marcas em suas vestes e etc, às de um típico regime de estado de exceção, que, *incialmente apresentadas como medidas ligadas a acontecimentos excepcionais, reservadas a situações limitadas no tempo e no espaço, tornam-se regra* (Agamben 2004). A discussão sobre a legitimidade e legalidade é típica dos Estados totalitários onde a tradição, o comportamento repetido por gerações ou o fato de ser brincadeira, com redução dos que sofrem, tenta dar legitimidade, sem legalidade o que leva frequentemente à êxitos letais. (Agambem 2015)

Como é possível a existência de tais atos em universidades públicas e privadas, sem qualquer ameaça à segurança de quem impetra tais atrocidades? É neste sentido que Agamben sugere a tese de que o Estado de Exceção e a repetição de suas normas e relações de poder, não mais deve ser compreendido como o próprio nome diz, mas como uma técnica de governo e domínio que, por ser aplicada nas mínimas ações do cotidiano, é elevada ao patamar de paradigma, sendo colocada em prática por corpos dóceis e prontos para disciplinar outros mais frágeis.

Utilizando-se de W. Benjamim, o filósofo diz que estamos vivendo um estado em que essas exceções tornam-se regras. Estas práticas implicam, necessariamente, na redução do ser político, impedindo sua individualidade. Aqui surgiria o Homo Sacer, figura jurídica do direito romano arcaico que designa aquele que pode ser morto, excluído da vida pública, sem precisar ser submetido ao ritual de sacrifício. Seria esse matar menos criminoso do que quando ocorre a morte da carne? Cremos que não.

Objetivamos nesse texto discutir as implicações deste "estado de exceção como regra" para o cotidiano dos alunos universitários envolvidos em "troles" de admissão. Incorporando os conceitos de Estado de Exceção, da Biopolítica de Foucault e da Banalidade do Mal de Hannah Arendt, refletiremos sobre essas "tradições" e sobre até que ponto podem ser consideradas inofensivas.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 O PARADIGMA DO ESTADO DE EXCEÇÃO COMO TÉCNICA NORMAL DE GOVERNO**

Em seu livro *Estado de Exceção*, mas não somente nele, Agamben buscou esclarecer, ou melhor, desfazer o que é considerado como sendo apenas uma aparente contradição: o fato de os regimes democráticos contemporâneos se orientarem, no exercício de sua prática política, por um paradigma que de todo é somente identificado com formas totalitárias de governo. A contradição é que os mais nobres ideais democráticos não poderiam coadunar jamais com o princípio de soberania instituído por Schmitt, sob a pena de se extinguirem por completo. Diante dessa contradição insolúvel, restariam inicialmente apenas duas saídas: ou os regimes democráticos atuais não seriam democráticos, ou a ideia de um estado de exceção como paradigma de governo seria um equívoco absurdo. Agamben, em seus estudos, conclui, no entanto, que a forma mais adequada de se enxergar o estado de exceção na modernidade não é através dos óculos da excepcionalidade, mas sim os da normalidade. Agambem consolida em sua obra essa corajosa leitura do pensamento político contemporâneo, onde a explicação da realidade recorre aos paradigmas do "campo de concentração" ou "estado de exceção" e, sobretudo, da biopolítica como luta da vida e das formas de vida contra o poder, que sempre quer encontrar uma forma de submetê-los (Agambem 2007).

O autor remete as origens desse estado de exceção à época da primeira Assembleia Constituinte Francesa (1789-1791) que instituiu o estado de sítio. Esta figura jurídica que foi introduzida para proteger o Estado em caso de guerras ou invasão, também poderia ser utilizada

para proteger o estado em caso de crise econômica ou instabilidade política. Em ambos os casos se suspendia a lei para defender a própria lei. Isso justifica uma suspensão provisória dos direitos democráticos e dos direitos individuais como única forma de salvaguardar o mercado ou como forma de garantir uma imposição do status quo; e, trazendo para o nosso alvo de discussão, uma forma de dizer que alunos veteranos possuem ascendência sobre os mais novos, sob o argumento de força e não pela força do argumento (Agamben 20015).

Esse processo é uma evidência do que defende Agamben, que identifica um processo de deslocamento histórico em que medidas excepcionais cada vez mais se afiguram como técnicas normais de governo. O resultado disto tende a ser a formação de um cenário político como um "patamar de indeterminação" entre democracia e absolutismo. *Sob a pressão do paradigma do estado de exceção, é toda a vida política constitucional das sociedades ocidentais que, progressivamente, começa a assumir uma nova forma que, talvez, só hoje tenha atingido seu pleno desenvolvimento* (Agamben 20015).

Essas práticas tornam-se extremamente eficazes e enraizadas enquanto são aceitas e adotadas como normais pela própria sociedade. Quando questionados sobre as atitudes que tomam no trote, os alunos veteranos respondem que "é só uma brincadeira", "não faz mal nenhum", "também passamos por isso", entre diversas outras justificativas que possuem o intuito de acobertar práticas que denotam a despersonalização do indivíduo. Seria, é claro, irresponsável comparar o que ocorreu em estados totalitários de orientação nazi-fascista, com os trotes, mas nos referimos ao comportamento humano racional dentro de uma estrutura, a facilidade com que as pessoas se encaixam em papéis que requerem algum grau de crueldade desde que legitimados por alguma "autoridade" superior.

No livro *Eichmann em Jerusalém* (1999), Hannah Arendt demonstra justamente essa despersonalização do indivíduo, motivo pelo qual Eichmann, um cidadão excepcionalmente comum e sem "maldade", foi capaz de seguir ordens tão cruéis e depois afirmar em seu julgamento que não havia feito nada de errado, que nunca havia matado uma pessoa, muito menos dado alguma ordem para matar alguém, pois ele somente seguia ordens de seus superiores. Algo que ocorreu durante a guerra, a utilização de "regras de linguagem" nos discursos e nos decretos, nos quais "assassinato" se tornava "dar uma morte misericordiosa", parece ter sido transportado para os trotes universitários quando "humilhação e desrespeito" se tornam "brincadeira".

Esse estado de exceção utilizou-se das vestes do Direito; porém, transitou sem ser incomodado para as salas de espera dos aeroportos, rodoviárias, bairros pobres, minorias étnicas, indivíduos identificados pelo número do seu CPF, pelo número do seu leito ou pelo seu

diagnóstico em hospitais - onde o ser humano deveria ser cuidado em toda sua plenitude. Entretanto, como esperar esse cuidado, se a receptividade em uma faculdade de medicina é a despersonalização do médico? É o criar de uma forma de exceção que passa a ser a regra?

Para Agamben (2004), partindo de um princípio do hegelianismo, nada surge, exceto o que já existia. Experiências desumanizantes nos ajudam a aceitar hospitais lotados com pacientes no chão (Arbex 2013), o poder cria o indivíduo, os corpos domesticados dos veteranos produzem novos corpos dóceis (Foucault 2013). Este pensamento, tão bem explorado por Hannah Arendt (1999), é usado por ela para explicar a violência como constituinte da modernidade e não apenas algo fortuito. Isso se torna mais cristalino, mais evidente quando alunos de um dos cursos mais concorridos do país deliberadamente adotam práticas de regimes totalizantes para segregar e humilhar aqueles que seriam seus colegas de profissão. Há ainda o agravante de tais práticas se darem dentro de uma escola de medicina – porém não surpreendentemente, por se tratar de uma disciplina onde o biopoder mais se exerce. Mas ainda assim, justamente dentro de uma escola de medicina, onde o desenvolvimento do senso de humanismo deveria ser exacerbado e cultivado por seus discentes e docentes. E, pelo fato de não haver leis que incriminem esses tipos de atitudes ou o mínimo de reflexão sobre as mesmas, seus praticantes não percebem nelas nada de Mal (Agamben 20015). Como expressa Benjamin (2015): *a tarefa de uma crítica da violência pode ser definida como a apresentação de suas relações com o direito e a justiça*. Neste sentido, definem-se os interstícios que servem de esconderijo para a violência no interior da lei, das universidades e nas relações entre os indivíduos.

Atitudes como essas comprovam o que Agamben sempre diz sobre cremos no fato de que vivemos em uma democracia, quando na verdade vivemos sob o domínio de um estado de exceção em sua forma mais crua. O nazismo do Terceiro Reich Alemão é interpretado por Agamben como um marco em que se expõem todas as vísceras de tal paradoxo latente na modernidade. O estado de exceção como regra está assustadoramente explícito em atitudes repetidas à exaustão em nosso cotidiano.

Em trecho de *Eichmann em Jerusalém* (1999), Hannah Arendt disserta sobre um novo tipo de criminoso, o *hostis generis humanis*, *que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado*. Adolf Eichmann, por exemplo, não fora líder nazista, mas sua participação foi de extrema relevância para que se realizassem crimes sem precedentes contra a humanidade. O que assustou e confundiu a corte em seu julgamento foram suas afirmações categóricas de que nada tinha contra judeus; ao contrário, tinha razões pessoais para ir “a favor” dos judeus, pois tinha judeus em sua família. Por

que, então, fazer parte de tamanho absurdo? A resposta é, talvez, que para ele suas atitudes não configuravam absurdos. Ele estava apenas “seguindo ordens”. Eichmann era efetivamente “normal” na medida em que não era uma “exceção” dentro do regime nazista. Nas condições do Terceiro Reich, só se podia esperar que apenas as “exceções” agissem “normalmente”.

Nas universidades, isso está mais explícito que nunca. As tradições não são questionadas, mas sim aceitas e até reforçadas nos anos seguintes pelas mesmas pessoas que uma vez sofreram seus efeitos, nada de novo, posto que o pensamento totalitário sempre olha para trás, para uma época de ouro mitológica, para onde apontam as tradições (Souza 2015). Os trotes são considerados normais, como parte inseparável do processo de “iniciar-se no ensino superior”, e são vistos por muitos mesmo como uma vitória, uma reafirmação de sua aprovação na prova do vestibular. Esse estado de “normalidade”, no qual é normal a remoção temporária do nome do indivíduo, é normal obrigá-lo a obedecer a seus “superiores”, a representar um papel humilhante na frente de seus veteranos, nada mais é do que a desumanização do ser. É outro resíduo do Terceiro Reich, mais um degrau na escada do Estado de Exceção como Regra.

E, representando seus papéis nas tradicionais atrocidades que recebem os futuros alunos, tanto os de medicina como os de outros cursos, os veteranos continuam, ano após ano, repetindo os atos de desumanização. Pode-se comparar essa situação com o julgamento de Eichmann, no momento em que Arendt escreveu a respeito de quando este se achava ausente de culpa, mesmo se tendo provado que tinha participação nos crimes contra a humanidade: *Ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo (...). Ele não era burro. Foi pura irreflexão – algo de maneira nenhuma idêntico à burrice – que o predispôs a se tornar um dos grandes criminosos dessa época.* Eichmann foi avaliado por vários psiquiatras. Ele não atestava insanidade mental e, como disse a autora, também não era burro. O Mal era inerente ao estado nazista, mas não havia leis que o identificassem e o apontassem como errado, bem como não há leis que proibam a tradição do trote universitário. O que temos ainda é, pura e simplesmente, reflexão.

A história se repete de Auschwitz a Guantánamo, mas a história permeia para além dos extremos, ela está sólida em pequenas ações, nas relações dos indivíduos no dia a dia e na biopolítica em particular, onde se torna o princípio e a finalidade das estratégias de poder.

## 2.2 A BIOPOLÍTICA E A RESISTÊNCIA:

Em que momento a biopolítica, tal como abordada por Foucault, entra na história? É o momento em que a vida torna-se objeto e objetivo das técnicas políticas de controle do saber e passa a ser concebida como utilidade. Um ser humano desprovido de sua individualidade é mais



dócil para obedecer aos desígnios do poder. Para isso, vamos eliminar seu caráter individual, retirar seu nome, sua vestimenta será marcada como com um código de barras e teremos um ser humano mercadoria, pronto para ser domesticado e incluído na engrenagem do estado de exceção. A questão evidenciada por Foucault assume uma crescente visibilidade com o controle biopolítico dos corpos, esse controle levaria ao que Levinas chama “ Sans identité” (Souza 2015), perambulando por qualquer parte e em qualquer cidade do mundo em busca de um lugar que não foi feito para eles. Qual o lugar dos calouros em nossas universidades? Há lugar para seus corpos se não forem domesticados?

Numa sociedade normalizadora, as estratégias de poder investiram na produção de corpos dóceis e domesticados, maleáveis e úteis, produtivos e adaptados. Produzidos nos espaços de fábricas e prisões. Agora, esses mesmos corpos são produzidos naquela que deveria ser a instituição responsável pelo seu questionamento: a Universidade.

Essa disciplina captura o indivíduo e o força a ser produtivo e a reproduzir, quando tiver oportunidade, os mesmos mecanismos de domesticação do diferente. *A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir corpos, de extrair e acumular tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente (...) Ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com técnicas, segunda a rapidez e eficácia que se determina. A disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui estas mesmas forças (em termos políticos de obediência. (Foucault 2001).*

Distinguem-se ainda, em Foucault, dois tipos de práticas disciplinares: a anátomo-política dos corpos e a biopolítica da população. A disciplina seria exercida como gestão sobre os corpos e administração da vida. Pois a rigor dos fatos o poder mesmo não existe, existem práticas de poder que se refletem sempre nas relações entre os mais fortes e os despossuídos, ou entre o mesmo e a necessidade de retirar a identidade do Outro para transformar também a ele no mesmo.

Agamben postula que o estado de exceção como disciplina contraria seu próprio nome e é mais comum do que se pode imaginar, transparecendo em atitudes aparentemente banais, como trotes universitários. O efeito seria sempre a diminuição drástica da potência daquele sobre o qual a força é aplicada. É a prevalência de uma lei sem lei, permitindo uma privação de direitos em nome de uma necessidade qualquer exterior ao direito. Permitindo que se possa humilhar indivíduos por causas completamente alheias ao próprio indivíduo – ter de ser calouro em uma universidade, por exemplo.



Reafirmando o proposto por Agamben, entendemos como atrocidades podem passar despercebidas por olhos insensíveis ou mentes fechadas à reflexão quando Ricardo Timm de Souza (2015) cita que *Sua violência é adocicada; justifica o injustificável, legitima o ilegítimo a partir da seiva argumentativa que destila desde a profundidade de seus interesses estratégicos; ao organizar os meios disponíveis com relação à meta de atingir determinados fins, exerce de modo extremamente organizado a violência instrumental, pois enuncia o alibi perfeito para dispensar a moral em nome da técnica.*

Situamos os indivíduos que, por uma condição alheia a si mesmos, no que Agamben chama de vida nua, desprovida e desqualificada por completo de sentido político. Aqui entra o Homo Sacer, que pode ser morto sem qualquer tipo de ritual.

Ora, se o Homo Sacer é privado de direitos, se a lei não o contempla, se o poder o exclui do campo de sua própria aplicação, como pensar em uma resistência possível? Haveria a possibilidade de resistência para um judeu num campo de extermínio nazista? Ou tentando baixar um pouco a vista à procura de um exemplo mais próximo: que resistência, por exemplo, ofereceriam os calouros de uma universidade aos trotes violentos perpetrados por seus veteranos?

Para ilustrar essa questão, em um trecho de “O Calvário dos Carecas”, de 1985, o autor Glauco Mattoso avalia a impossibilidade ou inviabilidade da resistência por parte dos calouros alvos de abusos: *O rebelde sempre apanha mais e acaba tendo que obedecer na marra ou virar saco de pancada, ou ainda sofredor crônico das piores privações e provações, tipo boicotes, sabotagens, furtos e até envenenamentos; quanto ao dócil, vira arre-burrinho, permanentemente sujeito aos caprichos da maior baixaria, e termina escravizado ou prostituído até a pós-graduação (...).*

Se a resistência só puder existir enquanto propriedade inerente ao poder, como aduz Foucault, e se este poder é de fato, na conjuntura atual, como bem demonstra Agamben, dominado por um "estado de exceção como regra", isto é, progressivamente excludente, como então é possível a resistência estando-se fora do poder? Estas são questões candentes das quais não podemos nos esquivar se quisermos extrair algum sentido prático de resistência no atual cenário político.

E ainda podemos nos perguntar, de quem é a responsabilidade de controlar tais atrocidades, neste texto especificamente representadas pelos trotes acadêmicos? Dentre tantas respostas possíveis podemos optar por uma citação de Dostoiévski (1926), muito utilizada pelo filósofo francês Lévinas, de que *Somos todos responsáveis de tudo e de todos, e eu mais que os outros.* Já tendo sido feita uma explanação de Arendt sobre o papel de *hostis generis humanis* exercido por

aqueles que praticam a violência, e da impossibilidade de resistência por quem a sofre, segundo Foucault, falta aqui determinar o papel da universidade frente ao trote.

Primeiramente cabe destacar que, por Derrida (1999), *a instituição não é somente paredes e estruturas exteriores que cercam, protegem, garantem ou restringem a liberdade do nosso trabalho, é também, e já, a estrutura de nossa interpretação*, logo, será o posicionamento de muitas faculdades de não permitirem o trote dentro de seus muros o suficiente para isenta-las da responsabilidade das consequências? Talvez não em plano jurídico, mas sim quando sentida a responsabilidade moral como peso da dignidade de vidas que estão ligadas a ela.

A universidade ocidental é um *constructum* ou um artefato muito recente e já o sentimos *acabado* (Derrida 1999), fazendo que por vezes a mesma se alheia a processos emergentes que precisariam de sua intervenção. Derrida (1999) nos diz que precisamos *Abrir o olho para saber, fechar o olho ou pelo menos escutar para saber aprender e aprender a saber, este é um primeiro esboço do animal racional*; deve então a universidade, como uma instituição de ensino, ir além da memória e do olhar? Deve fechar o seus olhos e aprender melhor?

Se não aceitarmos a necessidade de mudança de olhar da universidade frente aos trotes poderemos não só estacionar a instituição em tempo e espaço, mas assustadoramente regredir a períodos de barbárie. Adorno (1995), quando fala da necessidade da educação em afastar a possibilidade da experiência de Auschwitz se repetir, diz que *Quem ainda insiste em afirmar que o acontecido nem foi tão grave assim já está defendendo o que ocorreu, e sem dúvida seria capaz de assistir ou colaborar se tudo acontecesse de novo. (...) Amanhã pode ser a vez de um outro grupo que não os judeus, por exemplo os idosos, que escaparam por pouco no Terceiro Reich, ou os intelectuais, ou simplesmente alguns grupos divergentes*. Hoje pode ser a vez os calouros dos mais diversos cursos.

### 3 DISCUSSÃO

*Não ter nome, senão o de novato; Ser logrado d'algum caramboleiro; Sofrer o veterano companheiro, Que dele faz talvez gato-sapato: Em todas as funções pagar o pato; Na meza tirar sempre derradeiro; Comer, e beber mal por seu dinheiro; Mamar de vez em quando um esfollagato: Por dá cá aquella palha irem-lhe ao couro;  
E quando os mais dão fogo à artilheria Não ser senhor de dar o seu estouro: Levar na veia da arca huma sangria: São pensões de hum novato, e de um Calouro Pelo floral da nossa Academia (Mattoso 1995).*

O trote em si, exhibe três “andamentos” de um ritual de passagem: rito de separação, período de margem e rito de agregação. Isso asseguraria o ingresso de um neófito em um grupo pré-existente. As mortificações do corpo e do espírito também são práticas comuns aos ritos de

---

Braz. J. Hea. Rev., Curitiba, v. 3, n. 5, p. 13477-13493 set./out. 2020. ISSN 2595-6825

passagem de diversas culturas e soam como argumento irrefutável para quem defende essa prática acadêmica, transformando o trote em uma celebração de sucesso. E o sucesso, em uma sociedade onde o massificado e desprovido de rosto e identidade se transforma em algo facilmente consumível e gerador de lucro, transforma-se em mortificações e agressões ao diferente ou que não se enquadra na linha do pensamento dominante. O culto idolátrico que sempre exige ritos que sempre reafirmam o desejo de abdicar da singularidade. Torna-se fácil entender o que diz Pierre Clastres apud Matoso quando afirma que: *as marcas produzidas – tatuagens, escarnificações, marcas no espírito, só querem e buscam a igualdade, um nivelamento na mediocridade, travestido da ideia de pertencer a algo superior.*

Nesse mesmo contexto, existe um encadeamento de aspectos, segundo Mattoso, que funciona como fórmula para equacionar a questão do trote. Tais aspectos se traduzem pelos termos tradição/desforra, integração/degradação, descontração/sadismo. Os três numeradores representam a faceta pretextual e justificativa, e estão presentes na letra dos regulamentos hipócritas, na palavra dos diretores e reitores omissos, e principalmente na boca dos veteranos mais cruéis: estes, para todos os efeitos, sempre seguem a “tradição”, visam promover a “integração” e apenas agem com “descontração”. (...) As situações extremas se contrabalançam e os termos se casam logicamente: a tradição perpetuando a desforra, a integração permitindo a degradação e a descontração propiciando o sadismo (Mattoso 1985).

Nessa opressiva “tradição”, cuja característica mais desumana constitui a destituição da individualidade, sobressai, paradoxalmente, a exaltação de algumas características peculiares ao indivíduo, sendo negativas geralmente. Elas aparecem nos apelidos agressivos, no reforço dos “defeitos” que devem ser superados para o total desaparecimento da individualidade. Quais as consequências para nossa sociedade, que nossa “elite” cultural, ao adentrar na universidade seja levada à celebração da brutalidade e da desfiguração do indivíduo? Pior, com a conivência ou, para dizer o mínimo, comportamento ambíguo de pais, professores e dirigentes universitários. Como exigir que estudantes reconheçam que estão sendo abusados, quando os primeiros a brutalizarem o jovem são de sua própria família? Com pinturas, incentivo ao álcool e brincadeiras, tão logo o resultado do vestibular é liberado.

Nossos pigmaleões veteranos necessitam dominar e fazer suas Galatéias calouras se comportarem nos seus moldes. As calouras, comumente, são submetidas a trotes com teor sexual, o que é apreciado por veteranos e calouros num puro ato de dominação. Os veteranos até aceitam que os calouros sejam diferentes e possuam alteridade, só não aceitam que continuem sendo. Mas, e esse outro? Submergido em meio ao seu próprio rito de passagem, enxerga apenas os aspectos

de força e poder, para dizer a si mesmo que foi aceito em um grupo superior e repetir os atos no ano vindouro.

Como explana Mattoso, permanece o trote como tortura em estado puro, porque não depende concretamente de pretextos para nos oferecer aquela que será talvez a mais ensejada e desejada chance de extravasar socialmente nosso sadismo em seu aspecto mais juvenil e jovial: o da brincadeira inconsequente. Tanto é assim, que aquelas justificativas racionais somente são invocadas no momento em que pinta e iminência de repressão dos ditos “abusos” e “excessos”, os quais na verdade não são mais que decorrência natural de todo sadismo, quando deixado ao seu livre curso (Mattoso 1985).

Mas é claro que as dimensões sociais e individuais do trote são bem mais amplas do que o espaço desse artigo permite discutir.

E, por fim, a grande vítima do trote acaba sendo a democracia, os direitos do homem. A agressão se dá pelo colapso do espaço público e das universidades, onde as vítimas humanas são produzidas (Derrida 1999). E, que fique bem claro, nossa reflexão é sobre o trote, sobre sua interrupção, jamais sobre a interrupção dos trotistas (alunos que o promovem, professores que estimulam e funcionários que acobertam), pois se assim fosse, estaríamos caindo na mesma armadilha.

A reflexão sobre essa prática desata uma enxurrada de agressões e culpa, mas torna-se necessária quando estudos demonstram que o índice de desistência de alunos é maior quanto mais violento é o trote (Derrida 1999). Sem cair no cientificismo que mede sua eficiência em números ou quantidade, o que se passa com esses seres humanos? Os relatos são muitos:

*“O tempo todo sentia que minha presença não era bem vinda naquele espaço, além de ficar ouvindo análises depreciativas sobre os meus colegas de turma e receber um ‘fica quieta caloura, senão vai ser pior pra você’”;*

*“Mesmo depois do trote não se perdeu o ar de superioridade adotado pelos veteranos, mesmo por alguns que me tornei mais próxima, sempre fui tratada como quem sabe menos, como quem tem que obedecer a ordens, mesmo que dadas num tom de brincadeira, mas que representavam o que eles realmente acreditavam; fora os outros veteranos que se quer se dignavam a desviar o olhar na minha direção quando passavam pelos corredores”;*

*“Jargões como ‘hierarquia, respeito e tradição’ são utilizados pra justificar o tratamento que os calouros recebem, como se devessem ser tratados de forma privilegiada por estarem num semestre a mais, como se eu devesse respeitá-los não porque são humanos, mas porque não superiores, como se tudo isso fosse parte de uma tradição que deve ser mantida sem se questionar nada”;*

*“Antes de entrar na faculdade, ficava horrorizada com os relatos de colegas que já tinham passado pelo trote e contavam que foram obrigados a brigar entre si em um buraco com lama em que tinha bichos, andar amarrados enquanto recebiam ordens,*

*ajoelhar e jurar servir seus veteranos, passar uma bala de boca em boca, colocar preservativo em uma banana usando a boca, tudo isso sempre supervisionado por dezena de pessoas aos berros e risos”;*

*“Não conseguia entender o porquê de tanta maldade, e ao serem questionados do por que faziam aquilo, só respondiam ‘ah, ele passou em medicina e não vai nem pagar pela faculdade, tem que sofrer um pouco e pagar para a gente. Vale a pena. É só brincadeira’”;*

*“Quando entrei na faculdade achei que poderíamos receber de uma maneira bem melhor os novos estudantes, mas me decepcionei. O discurso inicial era quase unanime de se fazer uma boa recepção e não ter violência alguma, mas aos poucos, eram abertas exceções, feitas algumas ‘brincadeiras’, que no fim acabaram da mesma forma: calouros com faixas nos braços, com apelidos pejorativos, recebendo ordens e sendo tratados como inferiores. Não posso dizer que só porque não teve lesão física ou morte esse trote foi menos violento... houve ainda a violência moral, psicológica, que não é em nada mais inofensiva. Pude fazer pouco para mudar isso, e me sinto muito mal por ver algo tão desumano se repetir na minha frente”;*

*Outra barreira para estima à ocorrência do trote é que os estudantes, frequentemente, não reconhecem quando estão sendo submetidos a ele ou quando estão sendo abusados (Derrida 1999).*

O silêncio e o estímulo da sociedade são a chave para a perpetuação do trote. Há uma cultura de violência, um estado de exceção, como diria Agamben, que impregna até mesmo as instituições universitárias e seus professores e discentes, fruto de uma política de formação de técnicos em suas profissões, adequados e disciplinados ao cientificismo mercadológico e não a formação de seres humanos. Os problemas não são novos, a primeira morte em um trote registrada no Brasil, ocorreu em 1831 e, sempre que ocorrem, há um ciclo midiático que pouco aprofunda a discussão, apenas promove medidas rápidas e que logo relegam a questão ao esquecimento ou, no máximo, promovem situações do tipo “trote solidário” que apazigua corações e mentes por um breve período.

Segundo Almeida JR. e Queda (2006) o trote possui três teorias que não seriam necessariamente excludentes, ao contrário, deveriam integrar-se: o trote como rito de passagem, com uma interpretação psicológica ou apenas um disputa de poder. Em outras palavras, envolve dimensões psicológicas, culturais, políticas, econômicas, sociais, religiosas e institucionais.

O discurso do rito de passagem para a universidade se desfaz com o fato de que com o trote ou sem ele o aluno permanece no curso, ou melhor, afasta-se dele (como dito anteriormente). Seria apenas um rito para integrar um grupo que aplicaria o trote futuramente, o que caracteriza suas implicações psicológicas, sobretudo, a onipotência e o pertencer a um grupo.

É claro que a questão não é meramente psíquica também, mas envolve relações de poder, inclusive institucionais.

*Na escola (...) a competição é a regra número um, do primário à universidade. A humilhação dos vencidos e o prestígio narcisista dos vencedores (...)* (Adorno 1995).

Essas “explicações” que justificam a violência como algo inerente ao humano é o motivo de nossa crítica com a demonstração de que o discurso violento e segregacionista não é uma exceção da nossa sociedade. Ao contrário, esta “exceção” é o nosso cotidiano, é o que permeia nossas relações sociais para muito além do humano, é uma resposta desse “humano” às regras de uma sociedade que transborda violência em todas as suas relações e que se perpetua através da disciplina dos corpos e mentes de seus membros mais jovens, através de várias de suas instituições; sobretudo as de ensino e médicas, propiciando o exercer de todo o biopoder descrito por Foucault, bem como seus desdobramentos em um curso teoricamente como a medicina. Essas afirmações violentas sequer são percebidas como tal, como Eichmann, trata-se de um cumprir de regras, sem questões pessoais ou angústias éticas.

A participação das instituições nesse processo é óbvia: se utilizam do trote para perpetuarem suas tradições, mesmo que nem existam tradições, como quando os alunos que ministraram o trote não o receberam, por ser a primeira turma de um curso. Nada difícil de explicar em instituições que sempre se autopremiam e reverenciam, transformando láureas acadêmicas por elas inventadas em diplomas de mérito e em regras impostas e modelos para serem seguidos. O trote é o controle do “modelo institucional” sendo imposto ao jovem que deseja frequentar a instituição, e a sua devoção cega (por medo da “derrota” em reconhecer as falhas do curso onde será aceito) à instituição, perpetua essa tradição do trote.

Muitas dessas instituições, baseadas no racionalismo cartesiano, não conhecem outra forma de lidar com a alteridade que não o domínio, seja da natureza, seja do outro homem. Não há, como diz Horckheimer (2012), possibilidade de separação desses domínios.

Nas palavras de Vasconcelos (1993): *em todas essas situações, o veterano tenta vestir-se de um caráter de autoridade, ou ressaltar o seu status frente à população em geral, por estar numa instituição de ensino superior (na maioria das vezes submissa à educação bancária, ouvindo um discurso monológico e coletando dados diante de um quadro negro, sem o menor uso de consciência crítica), por isso não é raro que alguns cursos com maior status na sociedade, reproduzam os trotes mais violento.*

Porém, mesmo que a universidade não cumpra suficientemente seu papel na produção de conhecimento, pouco auxilie no desenvolvimento sócio-econômico, esteja subordinada aos interesses políticos, que os professores abandonem seus quadros por falta de condições de trabalho e que os alunos não sejam tão bem formados, nada disso importa ou deve ser revelado. Na visão



trotista é preciso defender a universidade, apesar dos problemas ela deve continuar distribuindo sinais de mérito, de distinção acadêmica e social. É preciso que se mantenha a boa imagem da universidade, mesmo que tal imagem não corresponda ao fato. E, quando a imagem se afasta da realidade, é possível que o trote se torne ainda mais brutal (Derrida 1999).

Retomando Hannah Arendt (1999), a autora faz críticas à base de acusação contra Eichmann, pois focaram no sofrimento dos judeus e não no que o acusado fez, além de teatralizar o julgamento. Analogamente, quando a mídia noticia casos de trotes universitários abusivos - o que é quase uma redundância - apenas dá enfoque às situações absurdas as quais os acadêmicos são submetidos, sem questionar o porquê disso ainda ocorrer, sem analisar a situação por um viés crítico; apenas polemiza. Por esses mesmos motivos, as investigações e punições são apenas disfarces para aplacar a mídia e conquistar o objetivo de manter a imagem da instituição; afinal, todos que lá estão passaram pelo trote e devem manter o contínuo silêncio.

De tempos em tempos, como disserta Mattoso, os abusos ultrapassam certos limites do próprio abuso (...), ocorre um incidente mais grave, às vezes meramente escandaloso, às vezes fatal, e desencadeia-se a campanha “moralizante”. O trote recolhe-se aos recintos mais privados e restringe-se ao trivial, até que a poeira assente e fique assente que ele pode ser revivido, como toda tradição que se preza. E assim sucessivamente (Foucault 2001). Trata-se de uma cadeia de acontecimentos que se repete de quando em quando ad infinitum, um nítido e conhecido ciclo que continua se perpetuando como fosse imutável; e a instituição, a sociedade, a mídia, e todos os participantes do que deveria configurar cidadania fecham os olhos e colaboram, inconscientemente, para que o ciclo recomece e a “tradição” se reafirme.

#### **4 CONCLUSÃO**

Não queremos afirmar que o trote é o culpado por todos os problemas da Universidade, sabemos que essa lista é muito maior, também não discutimos a competência técnica de muitos trotistas - o que questionamos é a forma autoritária com a qual querem impor seus valores, pois: *Na pretensa brincadeira do trote (...) o brinquedo torna-se o próprio homem* (Vasconcellos 1993).

Esperamos ter demonstrado, no exíguo espaço de um artigo, que as práticas trotistas violentas não são exceção, mas sim implícitas ao ambiente violento, que reproduz preconceitos e se traveste de democrático. Os atos de violência são repetições de um cotidiano de exceção, conforme o pensamento de Agamben. Tais atos são perpetrados e institucionalizados em uma política deliberada que visa formatar e disciplinar novos estudantes, como demonstrado por Foucault, no escárnio de agressões onde a retirada do caráter de humano do que é diferente da



ideia vigente faz com que ninguém se sinta culpado por esse ato, banalizando o mal em práticas semelhantes ao nazi-facismo, no qual quem não pertence ao grupo, não possui o status de humano, é “bixo”. Perpetuam-se as atrocidades com a desculpa de apenas seguir a tradição, sem remorso ou questionamento ético.

Ao fim deste texto o assunto não se encerra, e o estado de exceção como regra sob a ótica dos trotes universitários deve ser discutido por todos, pois: *Pobre é a juventude que humilha seus calouros. Pobre é a Universidade que não se responsabiliza por sua juventude. Pobre o Brasil é, onde o ensino básico está relegado ao bueiro, enquanto o Estado financia os diplominhas dos filhos do poder.* Marcelo Rubens Paiva (Folha de São Paulo, 23/02/1998).

**REFERÊNCIAS**

1. Art. 5, inc. II da Constituição Federal de 88.
2. Agamben G. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
3. Agamben G. Estado de Exceção. In: Revista Carta Capital. Disponível em: <<http://www.boitempo.com/resenhas/agamben.htm>>. Acesso em: 05 maio 15.
4. Gentile E. Fascism as political religion, Journal of contemporary history 25, no. 2/3 (may/june, 1990). p.234.
5. Agamben G. Profanações. São Paulo: Boitempo. 2007.
6. Arendt H. Eichmann em Jerusalém. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.74. Arbex D. Holocausto brasileiro. São Paulo: Geração, 2013.
7. Foucault M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 2013.
8. Benjamin W. Crítica à Violência, Crítica ao Poder. In: Revista Espaço Acadêmico, Ano II, nº 21. Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/021/21tc\\_benjamin.htm](http://www.espacoacademico.com.br/021/21tc_benjamin.htm)>. Acesso em: 4 jun 15.
9. Foucault M. Vigiar e Punir. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.
10. Souza RT. Entrevista. Revista trama interdisciplinar, São Paulo, v.5, n.3, 2014. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/7747/5210>>. Acesso em: 04 maio 15
11. Mattoso G. O calvário dos carecas – história do trote estudantil. São Paulo: EMW Editores, 1985.
12. Dostoiévski F. Os Irmãos Karamazovi. Paris: L. Pléiad, 1926.
13. Derrida J. O olho da Universidade. São Paulo: Editora estação liberdade, 1999.
14. Adorno TW. Educação após Auschwitz. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
15. Queda O, Almeida, AR Jr. Universidade, preconceitos e trote. São Paulo: HUCITEC, 2006.
16. Horckheimer, M. Eclipse da Razão. São Paulo: Centauro, 2002.
17. Vasconcelos, PD. A violência no escárnio do trote tradicional: um estudo filosófico em antropologia cultural. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1993.
18. Kehl, MR. As raízes cotidianas da corrupção. Folhetim. 07/02/1982, p. 9.